



A ATUAL SITUAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL *

Celso Furtado

Economista brasileiro, nascido na Paraíba em 1920; idealizador e primeiro superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ministro do Planejamento no governo João Goulart (1961-1964). Foi também um dos diretores da Cepal (1949) e do BNDE (1953). Após o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos suspensos e exilou-se, passando a lecionar na Sorbonne (Paris), nas universidades de Washington (EUA) e de Cambridge (Inglaterra). Antes de 1964, escreveu livros importantes, como Formação Econômica do Brasil (1959) e a Pré-Revolução Brasileira (1962). Autor que procura enfatizar os fatores sociais e políticos presentes nos sistemas econômicos. Inserem-se neste enfoque, dentre outros, os livros Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966), Um projeto para o Brasil (1968) e A fantasia organizada (1985). Tornou-se ministro da Cultura no governo de José Sarney entre 1985 e 1988.

* Entrevista concedida pelo economista Celso Furtado à REM – Revista de Economia Mackenzie em 15 de novembro de 2002, e revisada pelo próprio Celso Furtado em junho de 2003.

1

INTRODUÇÃO

Esta entrevista foi realizada por dois professores da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Vladimir Maciel e Álvaro Alves de M. Júnior, e pela aluna Carolina Marchiori, em conjunto com a equipe do *site* de notícias econômicas e políticas Merconsulta.

REM: A auto-estima que os brasileiros sentiam como nação, e que o senhor abordou em seus primeiros livros, se perdeu nas últimas décadas. O senhor continua a acreditar no Brasil?

CELSO FURTADO: Na época em que escrevi meus primeiros livros, ser pessimista era uma bobagem, ou sinal de cegueira, pois era tão evidente que o Brasil crescia, e tinha potencialidades enormes! Imagino que, para quem presenciou aqueles anos e hoje vê a situação do nosso país, deve ser muito duro.

REM: Como o senhor analisa a situação econômica do mundo?

CELSO FURTADO: Não se pode ignorar que o mundo atravessa um processo de reciclagem, de transformação, cujo alcance ainda não conhecemos. Veja o peso dos Estados Unidos, país que por décadas foi se impondo como uma potência dominante mundial. Hoje, especialmente depois do fim da Guerra Fria, essa grande potência não tem mais diante de si nenhum grande desafio. Surgiu apenas esse desafio absurdo que é o de combate ao “terrorismo islâmico”, que ninguém leva a sério, pois se trata, na verdade, de um problema de polícia. Daí a desorientação dos Estados Unidos. A economia norte-americana não avança, o crescimento é pequeno e eles estão dando voltas, inventando fórmulas, como, por exemplo, a de tentar uma saída pela via do endividamento do governo, interno e externo. Estão tentando aumentar os gastos públicos, mas dependem de financiamento externo. Por outro lado, pensam em fazer isso para aumentar o volume dos negócios, e não para corrigir o desemprego. A recente “expedição militar” punitiva ao Iraque, em 2003, exemplifica esse tipo de política. Só que nem assim conseguiram reativar a economia.

REM: E a situação do Brasil?

CELSO FURTADO: É preciso pensar que o Brasil vive uma fase muito complexa, difícil. Isso não é somente aqui. Você olha para a América Latina e o quadro é completamente diverso do que era, hoje é uma região onde não há praticamente desenvolvimento. Um país como a Argentina, que tinha um dinamismo forte e um mercado interno ágil, não encontra saída. O México está se submetendo a essa integração com os Estados Unidos, o que é bastante negativo para o país. Vivi no México, sei que os mexicanos têm uma consciência muito grande do perigo que representa para o destino deles a integração com os Estados Unidos, sob controle norte-americano. Porém, agora aceitaram enveredar por um caminho completamente distinto. Por fim, outros países da América Latina, como o Peru, o Equador, e os da América Central também dão sinais de uma perda de rumo.

REM: Qual a causa para essa dependência em relação aos Estados Unidos?

CELSO FURTADO: O longo período de recessão que houve na América Latina fez com que os países se voltassem muito para a idéia de uma abertura externa. O argumento apresentado era o de que essas economias eram demasiadamente fechadas, muito controladas, e para terem mais dinamismo deveriam se abrir ao exterior. Esta foi a base do Consenso de Washington, elaborado no início dos anos 90, e que não passou de um receituário neoliberal. Muitos governantes acreditaram que seus países se encaminhariam para uma fase de progresso, avanço e desenvolvimento. O que ocorreu na prática foi justamente o inverso.

REM: Por quê?

CELSO FURTADO: O neoliberalismo compreendia duas vertentes. A primeira seria o desmantelamento das estruturas tradicionais. Por exemplo: as grandes empresas internacionais deveriam ter espaço para se desenvolver, em pé de igualdade com as empresas nacionais. Os Estados já não teriam um papel muito importante na criação de emprego. Essa fórmula, que era o ideal do neoliberalismo, funcionou muito precariamente, ou não funcionou. Na América Latina, hoje em dia todos têm consciência de que estão em situação muito delicada. As economias não crescem. Pelo contrário, os países se endividaram, e à medida que iam dependendo do investimento externo, mas principalmente do endividamento externo, para crescer e se modernizar, foram enfrentando dificuldades de toda ordem. Dez anos depois da implantação

dessa política do chamado Consenso de Washington, o resultado é um desastre completo. Não há nenhum país da América Latina do qual se possa dizer: “esse aí está se saindo brilhantemente dessa confusão”. Talvez o quadro menos negativo seja o do Chile, que também conheço bem, uma vez que vivi lá trabalhando na Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe).

REM: Qual a diferença do Chile?

CELSO FURTADO: O Chile é um caso particular em que o Estado não abdicou completamente de seu papel. Manteve uma posição forte. Como? Não foi só pelo cobre. A idéia inicial dos neoliberais que chegaram ao poder no Chile durante a ditadura de Pinochet era, realmente, transformar o cobre em um negócio privado. Não o fizeram. Hoje, o Estado chileno tem um papel muito importante na economia, cujo setor de mais peso é, justamente, o da mineração do cobre, sob o controle do Estado. Os chilenos estão numa situação intermediária. O fato de que eles mantiveram de alguma maneira uma participação maior do setor público na administração da economia os coloca em melhor situação. O que está acontecendo evidencia que algo está errado e que é preciso buscar um novo modelo para a América Latina. O problema está sendo discutido, mas é difícil encontrar uma saída. O Brasil também está tendo essa discussão, pois o País recuou enormemente, à medida que foi praticando o neoliberalismo. O Estado brasileiro, um dos mais bem instalados na América Latina, alienou grande parte do seu patrimônio. Já não desempenha um papel fundamental na direção da economia. A realidade é que as forças do mercado não são suficientemente dinâmicas para propiciar a esses países um autêntico processo de desenvolvimento.

REM: Como recolocar esses países latino-americanos no caminho do desenvolvimento?

CELSO FURTADO: É preciso estudar cada caso, e não ignorar a situação mundial, porque hoje em dia os nossos países estão demasiadamente dependentes do capital estrangeiro, muito presos às agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os países do continente fizeram, a exemplo do Brasil, tudo o que elas sugeriram, mas na prática não deu certo, pois todos estão altamente endividados. E essa dívida enorme que acumularam, em grande parte a curto prazo, os leva a uma situação de quase imobilismo. Se pudéssemos voltar no tempo, eu diria o seguinte: o Brasil precisa reconhecer que não pode ter uma política de câmbio livre. Em outras palavras, o fluxo de capitais que saem e entram no País não pode ser comandado

pelo mercado. O Brasil precisa, de alguma maneira, ter o controle desses fluxos de entrada e saída de capitais. São eles que, ao fim e ao cabo, pesam na balança, pois essa falta de controle gera a vulnerabilidade excessiva da economia brasileira.

REM: Em outras palavras, o que o senhor sugere é que o Brasil precisa voltar a ter controle dos câmbios.

CELSO FURTADO: Exato. Assim, o País recuperará as alavancas de manejo que lhe permitem ter uma política própria. Sem o controle desses instrumentos, pode haver a qualquer instante uma fuga de capitais em grande escala, o que deixaria o Brasil de joelhos. Porque a verdade é essa: o País continua ameaçado por uma saída de capitais especulativos, o que cria, naturalmente, uma insegurança e uma vulnerabilidade enorme. O perigo é sermos levados a reduzir significativamente nossos investimentos, e, por conseguinte, aceitar a estagnação econômica – caso em que todos os outros problemas se complicariam.

REM: Como o senhor analisa na prática essa possibilidade de controle cambial, tendo em vista que o mercado de certa maneira não aceitaria isso?

CELSO FURTADO: Há pouco tempo, a Malásia o fez. É evidente que, se houver uma guerra financeira contra o Brasil e se grande parte desses fluxos de capitais se retirar, o País sofrerá muito. Nossa economia é vulnerável. Veja o que aconteceu na véspera da eleição presidencial de 2002. Paralisaram todas as linhas de crédito no exterior. O Brasil ficou sem nenhuma possibilidade de ter acesso à liquidez externa. Isso criou um pânico. Bancos tradicionais que tinham linhas de crédito para o Brasil simplesmente as fecharam, por uma questão de mera desconfiança no novo governo. Foi preciso um entendimento, até mesmo com o FMI, para que se afrouxasse um pouco a tensão. Mas o País está até hoje submetido a um racionamento extraordinário de crédito.

REM: O que isso significa em termos práticos?

CELSO FURTADO: Que as taxas de juros não baixam; e se as taxas de juros não baixam, a capacidade de investimento do governo diminui, e o dinheiro de que dispõe é absorvido pelo pagamento de juros. Talvez seja esta a discussão mais delicada do momento. O Brasil e, aliás, quase todos os países do mundo estão hoje expostos a uma ação brutal e constrangedora do poder financeiro internacional. Os grandes bancos não agem senão em conjunto.

Antes, era maior a margem de manobra. No fim do século XIX, início do XX, o Brasil sofreu uma forte pressão dos ingleses; na época, todas as nossas exportações eram financiadas por crédito inglês, houve uma importante saída de capitais, que gerou um certo pânico. Mas o governo pôde se voltar para os Estados Unidos e obter crédito no mercado financeiro norte-americano. Foi, aliás, quando os americanos entraram no Brasil. Aproveitaram-se para entrar com força, e já não saíram mais... Antes era possível jogar um banco contra outro. Hoje, aparentemente, há um entendimento entre eles, o que torna muito precária a posição de um país endividado, e o que pode ocasionar uma asfixia financeira brutal. E, nesse caso, que fazer senão entender-se com eles?

REM: Há outra alternativa?

CELSE FURTADO: No final do ano passado, o *Financial Times* publicou um artigo interessante sobre isso. Segundo o jornal inglês, o Brasil está numa situação muito grave. Como sair dela, ninguém sabe muito bem. A única forma, diz o jornal, é um entendimento com o sistema financeiro, e esse entendimento tem de ser feito à base de concessões. O governo brasileiro, em troca dos recursos de que necessita, teria de se submeter a um esforço próprio muito grande. Os capitais externos para cobrir os déficits em conta corrente seriam muito mais escassos, e, portanto, o País teria de se submeter a essa nova situação de escassez de recursos. O Brasil só poderia escapar de uma moratória brutal caso praticasse uma punção interna, elevando o superávit de, digamos, 3% para 8%. Ou seja: aumentar imensamente o excedente para pagar os capitais estrangeiros. Ora, é evidente que o governo não pode se dar ao luxo de uma aventura dessas. O atual superávit de 3,75% teria de ser mais que dobrado. Já para chegar aí foi preciso parar a economia. Houve um saldo considerável de exportações e um controle enorme das importações, e a economia entrou numa fase de quase autofagia, com uma disponibilidade de recursos para investimentos muito limitada. Foram cortando, cortando, cortando, e hoje os investimentos em setores sociais são muito baixos. No fim do ano passado, falei com um banqueiro importante e ele me disse: “Celso, estamos numa situação em que é impossível conseguir uma linha de crédito para uma empresa brasileira, seja ela pequena ou média. Todo o ‘nosso dinheirinho’ tem de ir para grandes empresas, grandes compromissos ou multinacionais. Essas têm realmente crédito ilimitado”. O País estava, e ainda está, numa situação que exige decisões políticas muito sérias. O governo tem força para evitar uma submissão completa ao capital internacional? Ou é bobagem querer resistir? É preciso um entendimento em torno do essencial, e o essencial é não entregar muito. Isso é que os novos governantes terão de decidir.

REM: Atualmente, para que tenhamos o mínimo de estabilidade no setor externo, é preciso gerar um superávit na balança comercial. A estrutura produtiva do Brasil, um país de dimensão continental, é voltada para o mercado interno. O Brasil exporta o resíduo de sua produção. Ela não é fundamentalmente voltada para a exportação, uma estratégia inclusive decorrente das substituições das exportações. E o País só consegue esse superávit deprimindo muito a atividade econômica interna. Só que essa depressão se faz por meio de elevada carga tributária, taxa de juros elevada, e não permite que um cidadão comum acumule capital no futuro e consiga construir um parque industrial que seja pelo menos uma parte substancial dele exportador para gerar esse equilíbrio futuro. O que o senhor pensa a respeito disso?

CELSO FURTADO: O Brasil foi um país que teve um grande dinamismo. Durante 50 anos foi um dos dois ou três que mais cresceram no mundo e representava um modelo esplêndido do ponto de vista de crescimento econômico. Nas conferências e nas organizações de que participei, todos reconheciam que este era um país que tinha encontrado o seu caminho. E onde estava esse caminho? No mercado interno. Isso que se apresenta hoje como defeito foi o que deu todo esse dinamismo ao Brasil. O milagre brasileiro foi ter o País descoberto o potencial do mercado interno enorme de que dispunha; sua população crescia, seus recursos naturais formidáveis estavam para ser explorados e as empresas vinham para cá pensando, justamente, nesse mercado interno, e não tanto no externo. Isso era uma indicação de que o País tinha autonomia de decisão. Assim o Brasil cresceu, conquistou o seu dinamismo, atraindo o capital externo, que era bem remunerado.

REM: Mas o que mudou?

CELSO FURTADO: Quando se elaborou o Consenso de Washington, criou-se a lenda de que o futuro era o avesso da idéia de mercado interno. Mas ninguém consegue explicar por que o mercado interno foi negligenciado. Agora, só haveria uma saída para todos os países: lançar-se na busca do mercado externo, da exportação. O Brasil teria de se comportar como se fosse uma pequena economia da América Latina, cujo dinamismo seria gerado pelo mercado externo. Ora, nunca ninguém explicou o porquê dessa mudança. Pensando bem, ela resultou do fato de que as grandes empresas internacionais foram controlando crescentemente o círculo de decisões. O governo foi cada vez mais se submetendo às empresas internacionais, que privilegiavam o horizonte externo. Eu me lembro de que, nos anos 50-60, nós nos perguntávamos: “Poderá o Brasil continuar crescendo sem se voltar para o mercado

interno?”. A resposta era “não”. Confesso que nunca entendi a razão pela qual o Brasil não teria futuro voltando-se para o mercado interno. Suas possibilidades são quase ilimitadas, o que permitiu que o País se desenvolvesse, por 50 anos, muito mais que qualquer outro do Terceiro Mundo.

REM: Em termos práticos, como estabelecer a retomada desse caminho?

CELSO FURTADO: O governo terá de encontrar uma forma de negociação com as grandes empresas, para retomar o crescimento do mercado interno. É difícil imaginar que o Brasil possa continuar nessa situação. A participação de nosso país no mercado internacional é muito modesta. Hoje, apenas 8% do produto interno é exportado, o que é muito pouco se comparado com países europeus que exportam cerca de 20% a 25% do PIB. Mas o Brasil é um país especial, com enorme potencial de crescimento “para dentro”. Lembro-me da época em que se discutia por que não havia uma indústria automobilística no Brasil. Argumentava-se que o País não poderia ter uma indústria desse porte, por “n” razões, mas principalmente porque ninguém acreditava que tivéssemos um mercado dinâmico. E, quando o Brasil começou a produzir viaturas, chegou a 100 mil por ano, foi considerado um milagre, algo fantástico. Pouco depois, chegou-se a um milhão. As possibilidades eram muito grandes, o que as firmas internacionais pretendiam ignorar. Lembro-me do general Macedo Soares, que dirigia a siderúrgica de Volta Redonda, me contar que, nas discussões sobre investimentos no Brasil, os americanos diziam: “O Brasil não tem mercado interno, não tem nenhum dinamismo”. E ele retrucava: “Não, mas isso poderá surgir”. Aí estava um exemplo dos argumentos esdrúxulos de que se lançava mão, tal como quando diziam que o clima do Brasil não se prestava à instalação de fundições de porte adequado. Existe algo mais ingênuo? Era uma afirmação sem a menor prova, aparentemente inventada pelos americanos.

REM: Ao citarmos o mercado interno, temos que necessariamente falar sobre a questão da má distribuição de renda no Brasil, uma das piores do mundo. Como o senhor analisa essa questão?

CELSO FURTADO: Esse é o outro lado do problema. O Brasil teve esse dinamismo todo, mas concentrando renda. O que nós já detectávamos desde o começo. Escrevi sobre o tema mostrando que o problema maior do Brasil era a concentração de renda e suas conseqüências. Uma parte crescente da população brasileira foi sendo excluída. A concentração de renda não era exigência do crescimento baseado no mercado interno. Ela decorreu da orienta-

ção seguida pelo governo, condicionado pelas classes dirigentes brasileiras. Por que a renda era tão concentrada no Brasil? Porque a sociedade brasileira reproduzia estritamente, passo a passo, o modelo de desenvolvimento das economias ricas. Crescia, mas com o seu mercado reproduzindo o estilo de vida das populações ricas do mundo. Pensei muito sobre isso: por que a renda é tão mais concentrada no Brasil do que na Índia? A Índia tem uma população cerca de cinco vezes maior que a brasileira, e um produto interno bruto semelhante ao nosso. Poder-se-ia imaginar que o nosso grau de desenvolvimento é muito maior, já que a renda *per capita* é um quinto da brasileira. Porém, como os dois países possuem perfis de distribuição de renda completamente diferentes, os pobres na Índia têm o mesmo padrão de vida que os pobres no Brasil, mas os ricos e a classe média do Brasil têm um padrão de vida cerca de dez vezes mais elevado que o da Índia. Esses dados comprovam que o problema da pobreza no Brasil não reflete escassez de recursos, e sim a forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda.

REM: Então é um problema de estilo de vida?

CELSO FURTADO: A deformação da economia está no modelo de civilização que se imita. As classes média e alta querem reproduzir os padrões de vida dos países mais ricos do mundo, viver como nos Estados Unidos ou na Europa mais avançada. E isso leva inevitavelmente à necessidade de concentrar a renda, pois, para haver no Brasil uma população que vive como nos Estados Unidos, é preciso ter uma renda dez vezes mais concentrada que lá. Esse quadro só começará a se reverter com outra política tributária e fiscal.

REM: O brasileiro paga muito imposto, não é?

CELSO FURTADO: Os mais pobres pagam muito imposto, a começar pelo imposto indireto, que é alto no Brasil. Mas o imposto propriamente direto, que é o Imposto de Renda, não é cobrado dos muito ricos. Veja o sistema bancário brasileiro. Eles pagam impostos? Praticamente não. A distribuição de renda no Brasil é muito deformada pelo sistema fiscal. Se quisermos modificá-la, é preciso alterar a dinâmica da carga fiscal, fazer com que os grupos de classe alta, aqueles que têm uma renda igual à dos países ricos, paguem mais imposto. Nesse caso você pode aumentar a arrecadação que incide sobre os ricos e ao mesmo tempo reduzir a que incide sobre os pobres. Aí seria um impacto fiscal benéfico para o País. Mas ninguém fala nisso, ninguém quer reconhecer o grave problema fiscal do País. Em termos relativos, aqui quem paga mais imposto é quem tem menor renda. Países

ricos como a Suécia, Dinamarca, Noruega, Inglaterra, França, entre outros, têm uma carga fiscal de pelo menos 40% do produto nacional. O Brasil tem uma carga de 35%, que é alta se comparada com países de renda *per capita* equivalente. A carga tributária poderia ser maior e doer menos, se incidisse de outra forma sobre a população.

REM: O que o senhor acha da Reforma Tributária?

CELSO FURTADO: É um tema essencial, mas ninguém o discute. Por quê? Quando Fernando Henrique [o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso] tomou posse, disse que deveria resolver o problema da inflação e entender-se com o Fundo Monetário. Estudando mais de perto, vi que o entendimento deles com o FMI tinha implícita uma reforma fiscal importante para enfrentar a situação adversa do Brasil. O déficit em conta corrente era grande, 5% ou 6% do produto nacional. Mas era financiado pela inflação, que chegou a render 5% do produto nacional. A inflação era o imposto mais alto, e era oculto. Lembro-me de ter feito os cálculos: ela incidia sobre a economia brasileira muito mais que o imposto de renda. Portanto, cabia a pergunta: acabando a inflação, o que ficaria em seu lugar, como fonte de novos recursos? Imaginei que iriam fazer uma reforma fiscal que permitisse aumentar a poupança interna. Mas a reforma fiscal não veio. Porque exigia uma redistribuição de renda, e era aí que a coisa tropeçava. O que ninguém queria enxergar é que, sem reforma fiscal, os recursos mobilizados teriam como contrapartida o endividamento externo. A inflação, que, aparentemente, acabou, foi substituída por uma nova dívida externa colossal. O passivo brasileiro praticamente quintuplicou durante os oito anos de governo Fernando Henrique.

Qualquer redução da dívida externa exigiria redução de despesas. Os recursos do governo para investimentos foram desviados para o serviço da dívida. E a economia ficou estagnada. É uma situação complexa, porque a classe dirigente brasileira, que é a beneficiária dessa concentração de renda, nunca aceitou uma discussão séria sobre isso.

REM: Um problema enfrentado pela prefeitura de São Paulo, relacionado a esse tema, é a queda de arrecadação, que tem em grande parte uma origem na retração econômica vivida ultimamente, mas também tem uma enorme parcela originária do aumento da sonegação de impostos das classes mais abastadas, que se sentiram ofendidas com o IPTU progressivo.

CELSO FURTADO: A situação é a mais perversa possível. O que há no Brasil é um desequilíbrio externo, de balança de pagamentos, entre outros proble-

mas. E por que esse desequilíbrio? O País quer investir, mas não é possível financiar o investimento só com endividamento externo. Precisamos de poupança própria. Por que ela não aumenta, se as classes média e rica vivem tão bem no Brasil, e podem gastar à vontade no exterior? Seria, então, o caso de se pensar em uma taxaço que incidisse sobre gastos supérfluos, que levam o País a gastar os milhões de dólares que não tem. O novo governo está, acertadamente, querendo resolver o problema da fome, que é uma vergonha num país com as possibilidades do Brasil. Mas creio que, sem a reforma fiscal, tudo o mais fica prejudicado. Embora o problema da fome não seja de solução tão complexa.

REM: Não?

CELSO FURTADO: Calcula-se que com US\$ 5 bilhões se resolva o problema da fome no Brasil. Ora, US\$ 5 bilhões é relativamente pouco para um país como o nosso, com essa massa de recursos de toda ordem. Creio que o governo vai ter sucesso nessa frente, e, assim, ganhar autoridade para enfrentar outros problemas, como o consumo extravagante dos grupos de altas rendas.

REM: Pelo o que o senhor disse, um dos maiores problemas seria a falta de uma poupança interna no Brasil em níveis mais adequados, posto que países com rendas *per capita* menores que a brasileira possuem níveis de poupança interna significativamente maiores?

CELSO FURTADO: A solução para esse problema se inicia com um debate sério sobre as fontes de financiamento para se desconcentrar a renda. É inevitável: os grupos de alta renda terão de poupar mais. E poupar mais não significa que tenham que alienar seus recursos. Lembro-me, por exemplo, de que nos anos 50 colocou-se o problema de como financiar a implantação do BNDE [hoje BNDES], instituição única, que se destinava a operar apenas com crédito para investimento. Na época, não havia créditos para investimentos no Brasil; o crédito era apenas comercial. Assim, surgiu a pergunta: por que não criar um banco de desenvolvimento? Estudei os dois únicos bancos de desenvolvimento da América Latina, a Corporación de Fomentos, do Chile, e a Nacional Financiera, do México. Era possível ter uma instituição dessas em países pobres. De onde viria o dinheiro? Da população mais favorecida. O BNDE foi criado em grande parte graças a empréstimos forçados. Quem consumisse gasolina, por exemplo, pagaria um empréstimo compulsório. E assim se fez muito, pois o BNDE se tornou o maior banco de desenvolvimento do Terceiro Mundo, e hoje continua sendo uma das fontes importantes de investimentos do Brasil.

REM: Porém, hoje em dia ele é direcionado para as grandes empresas.

CELSO FURTADO: É verdade, só para as grandes indústrias e grandes projetos, mas creio que com a nova diretoria isso está mudando.

REM: Certa feita um economista mineiro disse que o BNDES atual é só para “peixe grande”. Ou seja, os grandes empregadores no Brasil, que são as micros, pequenas e médias empresas, sofrem grandes restrições para concessão de créditos, dificultando suas possibilidades de crescimento. O senhor concorda?

CELSO FURTADO: É verdade que nos últimos anos o BNDES se desvirtuou, e muito recentemente chegou a ponto de financiar as multinacionais no Brasil em detrimento do financiamento interno – o que é um absurdo. A escassez de recursos é evidente. Daí a necessidade de aumentar a poupança forçada. Pode ser por meio de empréstimos compulsórios, como já foi referido no caso do BNDE e também da Petrobras. Pode ser pela redução do disponível para consumo da classe rica. Caso se consiga aumentar a poupança interna, que hoje está em torno de 8% do produto nacional, em no mínimo 2% ou 3%, como fizemos naquela época, convidando a população a participar de um esforço, é muito provável que as resistências psicológicas cedam. E a economia poderá andar. Se a economia está andando, tudo fica mais fácil e pode-se pedir um esforço maior. Portanto, trata-se de dar uma arrancada inicial. Isso não é fácil, numa economia parada como a nossa atualmente. Ninguém tem propriamente um plano de expansão, ao contrário, todos pensam apenas em se salvar. Um por cento que cresça a economia no Brasil já significa muito dinheiro. Conseguindo-se que se mova um pouquinho essa máquina econômica pesada que aí está, tem-se um alívio, o País respira e recomeça a crescer.

REM: Sobre quem deveria recair esse compulsório? Quem seria mais exigido? Poderiam ser as grandes transnacionais ou os bancos?

CELSO FURTADO: As grandes transnacionais terão de cooperar, é óbvio. Se houver um imposto que incida, por exemplo, sobre o automóvel, elas, que financiam a venda de automóveis no Brasil, terão de aumentar o esforço financeiro. Vamos ter que, por exemplo, reduzir os gastos em consumo corrente e aumentar os investimentos: uma coisa compensa a outra.

REM: Há uma tendência histórica da deterioração dos produtos exportáveis dos membros do Mercosul e que até hoje persiste. Uma vez visto esse problema histórico, o que pode ser feito para reverter o caminho?

CELSO FURTADO: Bem, aí volta-se ao problema do câmbio, algo antigo, muito em voga nos anos 50. Foi nessa época que se descobriu a tendência estrutural do sistema capitalista para concentrar renda em detrimento dos preços dos produtores primários. Não há nenhuma dúvida de que os mercados dependem do poder que os países desenvolvidos exercem. É bobagem imaginar que os mercados de matérias-primas são mercados correntes; são instrumentos de poder. Os que têm poder tendem a usá-lo. No passado, o Brasil usou o seu poder no caso do café, organizando a oferta. Esse grande passo mudou a situação do País. O mercado, antes caótico, como todo mercado de matéria-prima, passou a ser uma fonte de recursos para o Brasil, que era o maior produtor. Isso data de 1906, do Convênio de Taubaté, que permitiu, nos anos 20, ao País ter uma política completa de controle da oferta. Mas ao mesmo tempo não se controlou o investimento interno, nas plantações, o que responde pelo descontrole dos anos 30, quando houve um acúmulo excessivo de estoques. O estoque de café chegou a 80 milhões de sacas. Sabemos que o mercado de produtos primários é um mercado perverso, dominado por especuladores. O grande desafio dessa época foi conseguir tirar o Brasil da dependência das exportações de produtos primários, passando a produzir produtos mais nobres. Ficar na dependência de exportações de produtos primários significa ter de baixar a cabeça e se submeter a pressões iníquas e difíceis de vencer.

REM: A economista Maria da Conceição Tavares, certa feita, em palestra proferida na UERJ, expressou um certo desalento ao comentar que ela havia sido professora de vários economistas no controle das políticas econômicas brasileiras, tais como Gustavo Franco, e de tudo o que ela ensinou eles haviam simplesmente ignorado o principal, ou seja, a ética. O que o senhor pensa sobre isso?

CELSO FURTADO: O que mais me surpreende é o desinteresse e o pessimismo desses economistas em relação ao Brasil. Quando houve essa mudança no cenário internacional, e obrigaram o Brasil, até por cegueira de muitos, a aceitar essa forma de integração indiscriminada – quando na verdade o País tivera um êxito enorme no modelo baseado em mercado interno –, houve gente pensando que talvez eu estivesse errado. Falei com o Fernando Henrique na época, e ele me disse: “Olhe, Celso, estou convencido de que o Brasil não tem muita chance. O espaço disponível que temos para manobrar é muito pequeno”. É difícil entender que esse pessimismo tenha se espalhado tanto. Se é assim, vou defender o meu emprego, meus interesses imediatos. No caso de um país, isso significava integrar-se de tal forma à economia mundial que se perdia o ideal de nação, de interesse nacional.

O que se pode dizer é que o conceito de projeto nacional se fundava em bases frágeis. Sou originário das áreas mais pobres do Brasil, e nos anos do imediato pós-guerra tive a oportunidade de viajar pela Europa destruída. Vi a reconstrução européia, que foi fantástica. Na Alemanha, tinha gente quase passando fome, mas trabalhando. Percebi que o homem tem recursos que são na verdade subestimados. Daí a conclusão de que teríamos de encontrar nosso caminho. Se o Brasil chegou ao grau de pessimismo e de pouca ética à que refere Maria da Conceição, talvez seja porque, depois de uma fase de 50 anos de crescimento fácil, tenha entrado numa fase de dificuldades. Os economistas do governo anterior ficaram imaginando qual seria a saída mais conveniente. Houve discussões entre eles sobre o modelo viável a partir de então. Imaginou-se até a volta ao modelo de substituição de importações. Mas atualmente o problema é outro: que possibilidade existe de investir em setores mais nobres, em tecnologia de vanguarda? Muita gente me diz: “por esse caminho não se pode ir muito longe, pois nosso mercado interno é pequeno”. Mas eu respondo que o nosso mercado é muito maior do que se pensa. O importante é persistir, e não se desarmar, como se fez recentemente. O grande erro do Brasil, principalmente no governo Fernando Henrique, foi se desarmar por completo diante das forças internacionais, ficar na dependência do mercado. Mercado esse que passou a ser uma assombração, e que nada mais é do que um conjunto de interesses bem definidos. O chamado “mercado” acabou asfixiando a economia nacional, e o Brasil entrou nessa fase de perda de identidade, de perda do autocontrole, sem as alavancas de manejo que possuía. Um exemplo é o controle de câmbio, que as autoridades monetárias sabiam manejar muito bem.

REM: Para encerrar, gostaria de comentar um pouco sobre a questão ecológica e vinculá-la à economia. Em junho deste ano, foi realizado em São Paulo (nos dias 6 e 7) um evento do grupo “STOP A DESTRUIÇÃO DO MUNDO”, no qual foram discutidas questões como de que forma o poder econômico, seja ele exercido por ricos ou pobres, está levando o mundo à sua destruição, pois há sobrevalorização de elementos secundários da vida e os essenciais são subjugados. Qual é a importância que o senhor vê nesse tipo de trabalho de conscientização?

CELSO FURTADO: Eu estava em Cambridge quando saiu o trabalho do Clube de Roma, um famoso ensaio sobre a economia mundial. Naquela época se colocou a questão: que custo real tem esse desenvolvimento à que chamamos de progresso? As pessoas começavam a entender que o custo ecológico é muito grande, o que até então não era levado em conta. Pela primeira vez se pensava o sistema como um todo. Os Estados Unidos até hoje não admitem discutir

esses problemas, senão a partir da posição de poder que eles têm, como ficou exemplificado com o Protocolo de Kyoto. Na verdade demoramos muito para atinar com esse fato. Escrevi em 1972 um pequeno livro, *O mito do desenvolvimento econômico*, que tratava desse tema. Nele eu mostro que o que chamamos de desenvolvimento tem um custo muito maior do que se pensa. Muitos diziam, até mesmo ex-colegas da Cepal, que eu tinha perdido a visão de progresso do mundo. Nada disso, eu respondia: “tenham lucidez e abram os olhos para a realidade da pressão sobre os recursos naturais”. Já se começava a ver que o homem tinha cometido vários crimes ecológicos, destruído muita coisa. Se o quadro continuasse assim, o consumo de energia fóssil, petróleo, carvão, minerais cresceria exponencialmente. Mas ninguém queria conversar sobre isso. Descobriu-se petróleo no Alasca, mas ninguém deu importância à destruição do Alasca. Numa cidade como o Rio, e, pior ainda, como São Paulo, temos hoje uma desordem no tráfego que reflete o desperdício de petróleo queimado. A soja, por exemplo, entusiasma muita gente, mas, olhando mais de perto, é algo perigoso, pois se está destruindo o cerrado, esse quadro ecológico que não se reconstitui. Se não houver o trabalho de conscientização à que você se refere, o homem poderá destruir o planeta. Será que o homem não tem saída, senão se suicidar? Quando se discutia o futuro da humanidade, sempre se imaginava que o homem iria trabalhar menos, gozar de mais tempo livre, de cultura etc. A realidade foi outra. No mundo de hoje se trabalha mais e, muitas vezes, se trabalha no caminho de um suicídio coletivo. A nova geração, que alimenta essas instituições à que você se refere, tenta levantar uma nova bandeira. Que isso aconteça no Brasil – esse entusiasmo, esse trabalho de conscientização da problemática ecológica, social e econômica – é muito positivo e louvável, é uma atitude que tenta nos recolocar no caminho da vida.